033. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0070627-34.2017.8.19.0000 Assunto: Liquidação / Cumprimento / Execução / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CAPITAL 42 VARA CÍVEL Ação: 0090200-41.2006.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00691697 - AGTE: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL ADVOGADO: MILENA PIRAGINE OAB/RJ-180116 AGDO: ACYR SIQUEIRA DE CASTRO ADVOGADO: PAULO ANDRÉ VIANNA NASSER OAB/RJ-109361 ADVOGADO: EDUARDO DE ALVARENGA TAVARES OAB/RJ-108892 INTERESSADO: BB CORRETORA S A ADVOGADO: FELIPPE ZERAIK OAB/RJ-030397 **Relator: DES. REINALDO PINTO ALBERTO FILHO** Ementa: E M E N T A: Agravo de Instrumento. Obrigação de Fazer c. c. Indenização. Renovação de Contratos de Seguro. R. Decisão a quo rejeitando Impugnação ao Cumprimento do Julgado.I-Ré intimada para cumprir a obrigação imposta em 30/04/09, sendo que em 16/07/10, mais de um ano depois, ingressou nos autos elucidando que iria atender o comando judicial, mas não o fez, seguindo nova determinação para reativar os contratos, sob pena de fixação de multa.II-Frente à inércia da Devedora, Douta Magistrada a quo determinou o cumprimento do julgado, sob pena de multa diária de R\$500,00 (quinhentos reais), quedando-se a Agravante silente.III- Nova intimação da Recorrente para cumprir o julgado, sob pena da majoração da sanção imposta anteriormente para R\$1.000,00 (mil reais), o que foi objeto de Agravo de Instrumento, cujo recurso teve o seu seguimento negado.IV-Ao argumento da existência de excesso de cobrança, o que pretende a empresa Agravante é a redução do valor da multa que, de fato, na hipótese, atingiu patamar muito elevado, qual seja, R\$203.500,00 (duzentos e três mil e quinhentos reais). V-Recalcitrância em atender o comando judicial determinando a renovação do seguro de vida do Agravado, obrou sem seu desfavor, uma vez que a multa arbitrada incidiu por anos.VI-Cumprimento do Julgado iniciado em 2009 e, até a presente data, o comando da R. Sentença não foi cumprido, o que revela a inadimplência contumaz da devedora, pretendendo se beneficiar da própria torpeza, de modo que a redução postulada significaria premiar sua conduta desidiosa, que já perdura há longos anos.VII-Negado Provimento. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.

034. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0071010-12.2017.8.19.0000 Assunto: Aposentadoria por Invalidez Acidentária / Benefícios em Espécie / DIREITO PREVIDENCIÁRIO Origem: ANGRA DOS REIS 2 VARA CÍVEL Ação: 0010438-81.2017.8.19.0003 Protocolo: 3204/2017.00695073 - AGTE: MAYCON PAMPLONA DA SILVA ADVOGADO: SUZE OLIVEIRA MENDONCA RONDELLI OAB/RJ-085049 ADVOGADO: ROBSON LUIS MONTEIRO RONDELLI OAB/RJ-081591 AGDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS PROC.FED.: ALVARO JOSÉ GUEDES RIBEIRO **Relator: DES. ANTONIO ILOIZIO BARROS BASTOS** Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ACIDENTÁRIA. TUTELA DE URGÊNCIA INDEFERIDA POR CAUSA DA NECESSIDADE DE PERÍCIA JUDICIAL PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PERSEGUIDO. Para além de o próprio agravante não negar a imprescindibilidade da perícia judicial, afigura-se óbvia sua necessidade para que sejam cotadas as diferentes posições técnicas que estão envolvidas no caso, o que não recomenda a concessão da tutela de urgência. RECURSO DESPROVIDO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.

035. APELAÇÃO 0437983-09.2013.8.19.0001 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outros / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade da Administração / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CAPITAL 2 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0437983-09.2013.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00679240 - APELANTE: ANDERSON DA CUNHA DIAS ADVOGADO: CARLOS LUCIANO BITTENCOURT RIBEIRO OAB/RJ-072172 APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: JULIA VINHAES TORTIMA **Relator: DES. REINALDO PINTO ALBERTO FILHO** Funciona: Ministério Público Ementa: E M E N T A: Obrigação de Fazer c.c. Indenizatória. Pretensão de prosseguimento nas demais etapas do certame baseada na alegação de que, a lesão física ocorreu quando já deveria ter sido investido no cargo. R. Sentença de improcedência. Apelo do Autor.I-Reqüerente alega que a lesão incapacitante é seqüela de acidente sofrido após a realização do certame, sendo certo que se todas as questões lançadas na prova de seleção estivessem em acordo com o Edital, não havendo necessidade de impugnação e anulação ele teria sido convocado para prosseguir no concurso e realizar a prova física em data anterior ao acidente que o vitimou e, portanto, a lesão incapacitante teria surgido quando já empossado no cargo, não havendo mais se cogitar da exclusão do certame.II-Agravo Retido sustentando que o indeferimento da prova pericial implica em cerceamento de seu direito de defesa, pois impede a comprovação do direito alegado. Perícia que, in casu, não se afigura necessária para o desate da vexata quaestio. Matéria eminentemente de direito, autorizando o julgamento imediato da lide. III -Concurso Público é o meio adequado para o provimento de cargos públicos, sendo regido pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Anulação das questões da prova do concurso, porquanto em desacordo com regra do Edital, foi infortúnio suportado por todos os candidatos do Certame. Acatar as razões lançadas pelo Apelante, no sentido de que, caso não houvesse necessidade de impugnação e anulação, teria sido convocado para prosseguir no concurso e realizar a prova física em data anterior ao acidente que o vitimou, implicaria em odioso discriminem, pois colocaria o Recorrente em posição privilegiada diante dos outros candidatos.IV-Apelante foi vítima de um dissabor que poderia ter acometido qualquer dos outros candidatos, não se justificando afastar a incidência do Edital para permitir a continuação do Recorrente no concurso. Edital é a lei que rege o concurso público, não se podendo a alterar para atender aos interesses de determinados candidatos, sob pena de afronta ao princípio da igualdade.V- Negado Provimento ao Agravo Retido e ao Apelo. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO RETIDO E AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.

036. APELAÇÃO 0005684-06.2013.8.19.0046 Assunto: Rescisão / Contratos Administrativos / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: RIO BONITO 2 VARAS Ação: 0005684-06.2013.8.19.0046 Protocolo: 3204/2017.00691718 - APELANTE: MUNICIPIO DE RIO BONITO PROC.MUNIC.: HELOÁ PAULA DA S M GOMES APELADO: DALILA MARINA ESTEFANIO ADVOGADO: GREGÓRIO FERREIRA MONTEIRO OAB/RJ-143043 **Relator: DES. ANTONIO ILOIZIO BARROS BASTOS** Funciona: Ministério Público Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. EX-SERVIDORA COMISSIONADA. FÉRIAS NÃO GOZADAS E DIREITO AO TERÇO CONSTITUCIONAL.1. Trata-se de apelação cível contra sentença que condenou o réu a pagar em favor a então servidora comissionada o terço constitucional referente às férias não gozadas do período entre 2008 e 2011.2. Sem razão o réu em sua insurgência, notadamente porque o direito reclamado tem previsão no Estatuto dos Servidores e na Constituição Federal.3. Negado provimento ao recurso. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.

037. APELAÇÃO 0000619-41.2014.8.19.0031 Assunto: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução / Liquidação / Cumprimento / Execução / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: MARICÁ 2 VARA Ação: 0000619-41.2014.8.19.0031 Protocolo: 3204/2017.00687008 - APELANTE: MUNICIPIO DE MARICÁ PROC.MUNIC.: FABRICIO MONTEIRO PORTO APELANTE: CRISTIANE DE FATIMA RODRIGUES BUENO (RECURSO ADESIVO) ADVOGADO: ALZINEIA SOUZA DE JESUS OAB/RJ-143676 APELADO: OS MESMOS **Relator: DES. ANTONIO ILOIZIO BARROS BASTOS** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PROVA PERICIAL ESCORREITA. OBSERVÂNCIA DA ATUALIZAÇÃO DA CONDENAÇÃO IMPOSTA NA SENTENÇA. COISA JULGADA OPERADA. 1- Embargos à execução opostos em ação indenizatória, em fase de cumprimento de